

TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE MINAS GERAIS

Concurso Público para provimento de cargo efetivo de
Técnico de Documentação

Caderno de Prova, Cargo H07, Tipo 001
000000000000000000
00001-001-001

Nº de Inscrição
MODELO

PROVA

Conhecimentos Gerais
Conhecimentos Específicos
Conhecimentos Especializados

INSTRUÇÕES

- Verifique se este caderno contém 100 questões numeradas de 1 a 100.
Caso contrário, reclame ao fiscal da sala um outro caderno.
Não serão aceitas reclamações posteriores.
- Para cada questão existe apenas UMA resposta certa.
- Você deve ler cuidadosamente cada uma das questões e escolher a resposta certa.
- Essa resposta deve ser marcada na FOLHA DE RESPOSTAS que você recebeu.

VOCÊ DEVE:

- procurar, na FOLHA DE RESPOSTAS, o número da questão objetiva que você está respondendo.
- verificar no caderno de prova qual a letra (A,B,C,D,E) da resposta que você escolheu.
- marcar essa letra na FOLHA DE RESPOSTAS, conforme o exemplo: (A) ● (C) (D) (E)

ATENÇÃO

- Marque as respostas primeiro a lápis e depois cubra com caneta esferográfica de tinta preta.
- Marque apenas uma letra para cada questão, mais de uma letra assinalada implicará anulação dessa questão.
- Responda a todas as questões.
- Não será permitida qualquer espécie de consulta, nem o uso de máquina calculadora.
- Você terá 4 horas para responder a todas as questões e preencher a Folha de Respostas.
- Ao término da prova, entregue este caderno ao aplicador, juntamente com sua Folha de Respostas.
- Proibida a divulgação ou impressão parcial ou total da presente prova. Direitos Reservados.

CONHECIMENTOS GERAIS

Português

Atenção: As questões de números 1 a 20 referem-se ao texto que segue.

A curiosidade das crianças

O escritor tcheco Milan Kundera, em seu mais famoso romance, “A Insustentável Leveza do Ser”, presta uma homenagem à curiosidade das crianças: “De fato, as únicas questões realmente sérias são aquelas que até uma criança pode formular. Elas são as questões sem resposta. Uma questão sem resposta é uma barreira intransponível. Em outras palavras, são as questões sem resposta que definem as limitações das possibilidades humanas, as que descrevem as fronteiras da existência humana”.

Que adulto nunca se deparou com uma criança fuzilando perguntas, “Por que isso? Mas por que aquilo?” Pena que tantos adultos tenham esquecido que, quando eram crianças, também perguntaram, aflitos, sobre os mistérios do mundo, da vida e da morte, e façam tão pouco esforço para responder às perguntas dos filhos, sobrinhos ou netos: “Pai, por que o céu é azul? O que acontece de dia com as estrelas? O que faz elas brilharem? Será que existe vida em outros planetas? Como a vida surgiu aqui? O que aconteceu com a vovó, depois que ela morreu? Quando você vai morrer?” “Ah, sei lá, filho! Pára de ficar fazendo perguntas. Vai jogar bola, vai!”

Esta semana dei uma palestra na escola de meu filho de 13 anos. Na realidade, não consegui dar a palestra. Um dia antes, o professor sugeriu que cada um dos alunos me desse uma pergunta por escrito, algo que quisessem saber sobre astronomia ou física. Resultado: recebi cem perguntas, todas relevantes, sobre assuntos de ponta em astrofísica.

Foi uma das melhores experiências da minha carreira como professor. Primeiro, pelo privilégio de poder falar para 50 crianças e jovens, com idades entre 10 e 14 anos. Segundo, pelo entusiasmo contagiante que emanava deles. Era possível sentir a eletricidade no ar, o interesse pelos assuntos, a curiosidade enorme de entender os mistérios do Universo, a tentativa de dar sentido à vida, de pô-la em contexto dentro da visão do mundo científico.

Como disse o físico I. I. Rabi, os cientistas são os “Peter Pans” da sociedade: querem permanecer crianças, curiosos, perguntando-se sobre os mistérios do mundo. De minha parte, decidi que, a cada vez que sentir a chama falhar, visitarei uma escola e conversarei com as crianças.

(Marcelo Gleiser, **Folha de S. Paulo**, 04/02/07.)

1. De acordo com o trecho de Milan Kundera citado no primeiro parágrafo do texto, as perguntas das crianças
 - (A) são irresponsáveis porque não se prendem às preocupações dos adultos.
 - (B) têm a irrelevância dos enigmas que não admitem possibilidade de solução.
 - (C) constituem o limiar das soluções a que custosamente chegaram os adultos.
 - (D) são reveladoras dos impasses fundamentais do conhecimento humano.
 - (E) têm a relevância da ingenuidade capaz de elaborar soluções simples.

2. Atente para as seguintes afirmações:
 - I. O autor do texto sugere que as perguntas que fazemos quando crianças costumam ser retóricas, pois desde então sabemos que não têm resposta possível.
 - II. A curiosidade infantil é análoga à do cientista, razão pela qual o autor se sente estimulado pelas perguntas que lhe fazem os jovens estudantes.
 - III. Em sua experiência como convidado de uma escola, o autor percebeu que as preocupações de seus jovens interlocutores extrapolavam as dos cientistas.

Em relação ao texto, está correto o que se afirma APENAS em

 - (A) I.
 - (B) II.
 - (C) III.
 - (D) I e II.
 - (E) II e III.

3. A razão pela qual o autor afirma que, na realidade, não conseguiu dar a palestra, explica-se pela
 - (A) forma de condução de sua participação no evento.
 - (B) iniciativa das crianças, que assumiram todas as falas.
 - (C) dificuldade de responder às questões levantadas.
 - (D) informalidade da situação e pela limitação dos temas.
 - (E) resistência que encontrou para suas explicações.

4. A expressão *a cada vez que sentir a chama falhar* (último parágrafo) tem, no contexto, sentido equivalente ao de
 - (A) tão logo sucumba à facilidade das respostas.
 - (B) conquanto me sinta estimulado a responder.
 - (C) sempre que esmorecer o interesse de questionar.
 - (D) uma vez que não esteja convicto das respostas.
 - (E) nos momentos em que me disponha a interrogar.

<p>5. <i>Que adulto nunca <u>se deparou</u> com uma criança <u>fuzilando</u> perguntas?</i></p> <p>Não haverá necessidade de qualquer alteração formal na frase acima caso se substituam os elementos sublinhados, respectivamente, por</p> <p>(A) enfrentou - disparando (B) se confrontou - insistindo (C) se pôs diante - reiterando (D) confrontou - metralhando (E) se houve - descarregando</p>	<p>9. No contexto da frase <i>Como disse o físico I. I. Rabi, os cientistas são os “Peter Pans” da sociedade: querem permanecer crianças (...)</i>, os dois pontos assumem um sentido equivalente ao de uma expressão como</p> <p>(A) ainda assim. (B) em que pese. (C) conquanto. (D) ao passo que. (E) porquanto.</p>
<p>6. Quanto à concordância verbal, a frase inteiramente correta é:</p> <p>(A) Entre as questões essenciais, que a todo cientista deve importar, estão as que se prendem à origem e ao destino do ser humano. (B) Não houvesse outras razões, bastaria a propriedade das perguntas que lhe dirigiu o público para fazê-lo sentir-se um professor privilegiado. (C) Só é dado alimentarem a curiosidade e a insatisfação ao cientista que não abdica de fazer as perguntas fundamentais. (D) Diante do interesse que representavam cada uma das perguntas que lhe cabiam responder, o professor sentiu-se um privilegiado. (E) O autor considerou um privilégio o fato de o interrogarem, com perguntas tão instigantes, aquele público curioso que encontrou na escola.</p>	<p>10. Está clara, correta e coerente a redação da seguinte frase:</p> <p>(A) O fato de uma criança se dispuser a fazer tantas perguntas é indicativo da típica impaciência dos adultos que se esquivam das respostas. (B) Ao mesmo tempo em que foi fascinante a experiência na escola do autor, o mesmo se daria com as crianças que não hesitaram ao lhe perguntar. (C) O autor pôde sentir-se entre as crianças impregnado de sua energia, ao constatar que todas se manifestavam em real interesse pelo assunto. (D) Os adultos jamais deveriam esquecer-se de que uma criança alimenta a mesma curiosidade de que também eles eram tomados antigamente. (E) Os cientistas não dependem de haver uma resposta imediata para as perguntas em cujas se define o limite de seu próprio desconhecimento.</p>
<p>7. <i>Pena que tantos adultos tenham esquecido que, quando eram crianças, também perguntaram, aflitos, sobre os mistérios do mundo, da vida e da morte, e façam tão pouco esforço para responder às perguntas dos filhos, sobrinhos ou netos.</i></p> <p>O trecho acima passará a apresentar uma incorreção caso se substitua, sem outras providências,</p> <p>(A) <i>tenham esquecido</i> por hajam se esquecido de. (B) <i>e façam tão pouco esforço</i> por e despendam um esforço tão pequeno. (C) <i>quando eram crianças</i> por à medida em que eram crianças. (D) <i>perguntaram</i> por especularam. (E) <i>Pena que</i> por É de se lamentar o fato de que.</p>	<p>11. Todos os verbos estão corretamente empregados e flexionados na frase:</p> <p>(A) Se eu voltar à mesma escola e os alunos proporem as mesmas perguntas, os debates não deixarão de ter o mesmo calor da primeira vez. (B) Se o autor do texto não retesse o mesmo entusiasmo de menino pelas perguntas, não haveria todo aquele magnetismo durante o colóquio. (C) Ao autor aprouve suspender a palestra convencional e deter-se nas perguntas fundamentais que as crianças lhe propuseram. (D) Imergia das questões formuladas aquela vitalidade própria das crianças que não se resignam à passividade diante dos mistérios do mundo. (E) Seria interessante que os cientistas convissem em que é fundamental não perder o contato com a curiosidade que se constitui ainda na infância.</p>
<p>8. Exerce a função de sujeito a oração sublinhada no período:</p> <p>(A) Era possível <u>sentir a eletricidade no ar</u>. (B) O escritor Milan Kundera escreveu um romance <u>em que presta uma homenagem à curiosidade das crianças</u>. (C) Na realidade, não consegui <u>dar a palestra</u>. (D) São as questões sem resposta <u>que definem as limitações humanas</u>. (E) Houve a sugestão <u>de que cada um me desse uma pergunta por escrito</u>.</p>	<p>12. <i>De minha parte, decidi que a cada vez que sentir a chama falhar, visitarei uma escola e conversarei com as crianças.</i></p> <p>Uma nova, correta e coerente redação da frase acima poderia ser a seguinte:</p> <p>(A) Por mim, concluí de que quando a chama falhar, farei uma visita na escola e conversarei com as crianças. (B) No que me diz a respeito, resolvi que, se a chama falhar, fazer uma visita à escola para conversar com as crianças. (C) Por meu turno, propus-me a cada vez que sentir a chama falhar de fazer uma visita, onde conversarei com as crianças. (D) De meu lado, fiquei convicto que, se a chama falhar, de ir visitar a escola e conversar com as crianças. (E) Quanto a mim, tomei a decisão de, a cada vez que a chama falhar, fazer uma visita à escola e conversar com as crianças.</p>

<p>13. O verbo indicado entre parênteses deverá flexionar-se numa forma do singular para preencher de modo correto a lacuna da frase:</p> <p>(A) Jamais (satisfazer) as crianças aquele tipo de resposta convencional às perguntas essenciais que elas formulam.</p> <p>(B) Como (poder) ocorrer ao professor respostas exatas para um questionário irrespondível?</p> <p>(C) Não (dever) envergonhar a ninguém as lacunas do conhecimento humano sobre os mistérios do universo.</p> <p>(D) A aflição a que (levar) um cientista tais perguntas é a mesma que perturba as crianças.</p> <p>(E) Quanto às questões que a mais ninguém (conseguir) incomodar, ou já encontraram resposta ou não eram essenciais.</p>	<p>17. Está inteiramente correta a pontuação da seguinte frase:</p> <p>(A) Quem presta uma homenagem à curiosidade das crianças, não faz mais do que homenagear a ânsia de conhecimento, que está nos cientistas.</p> <p>(B) Embora tenha preparado uma palestra, para dar na escola do filho, o autor resolveu substituí-la, por um diálogo com os alunos que se mostraram todos interessados.</p> <p>(C) Confessou o autor que, aquela experiência na escola do filho, foi uma das melhores de sua carreira de professor, pois, com ela reforçou o valor que cabe dar à curiosidade humana.</p> <p>(D) Além de alimentarmos nossa curiosidade, em conhecer o sentido de nossa presença e atuação, no universo, está também na hora de nos preocuparmos com a sobrevivência do nosso planeta.</p> <p>(E) Qualquer um de nós que tenha contato permanente com crianças e jovens sabe que, a todo instante, somos alvo de perguntas complexas, para as quais os cientistas, mesmo os maiores, não estão preparados.</p>
<p>14. O equívoco quanto ao sentido exato de uma palavra ou expressão torna necessário corrigir seu emprego na seguinte frase:</p> <p>(A) Inteirado das questões que recebera, optou o professor pela forma do diálogo, abdicando da formalidade de uma palestra.</p> <p>(B) Durante a palestra, o professor ficou feliz ao ver que o seu fascínio pelo assunto ia de encontro à legítima curiosidade dos alunos.</p> <p>(C) Não é dada a todos os professores a faculdade de afinar seu interesse real pelo que seus alunos também mantêm vivo.</p> <p>(D) As perguntas essenciais são como aquelas leis que jamais prescrevem: estão em todas as culturas e em todos os tempos.</p> <p>(E) Quem não se provê de boas perguntas jamais chega a respostas de fato satisfatórias.</p>	<p>18. A grafia de todas as palavras está correta na frase:</p> <p>(A) Muitas questões excedem o conhecimento humano e desabilitam a técnica, obrigando-nos a tergiversar, quando desferidas pelas crianças.</p> <p>(B) Num trecho de punjente beleza, Milan Kundera homenageiou a curiosidade e a solércia naturais das crianças.</p> <p>(C) A necessidade de rigor científico inflinge aos astrofísicos a limitação de improvisar hipóteses à guiza de respostas, quando interrogados.</p> <p>(D) Ao perscrutar os mistérios do universo, os cientistas volta-e-meia se deparam com questões que disbaratam as antigas certezas.</p> <p>(E) Investir na ciência não é delapidar o dinheiro público: é assegurar a provisão de conhecimentos que podem tornar melhor a vida de todos.</p>
<p>15. As estrelas brilham no céu, e quem fica a <u>observar as estrelas</u>, <u>sentindo a magia das estrelas</u>, <u>considera as estrelas</u> signos de um grande mistério.</p> <p>Evitam-se as viciosas repetições da frase acima substituindo-se os elementos sublinhados, respectivamente, por:</p> <p>(A) lhes observar - sentindo a magia delas - considera-as.</p> <p>(B) as observar - sentindo sua magia - lhes considera.</p> <p>(C) observá-las - sentindo-as a magia - as considera.</p> <p>(D) observá-las - sentindo-lhes a magia - considera-as.</p> <p>(E) lhes observar - sentindo-lhes a magia - considera-lhes.</p>	<p>19. Atente para as seguintes frases:</p> <p>I. Nenhum cientista desiste de perguntar, à despeito de não encontrar respostas à toda hora.</p> <p>II. Não falta às crianças a curiosidade que não costuma assistir à maioria dos adultos.</p> <p>III. A palestra à que presenciaram os alunos daquela escola converteu-se numa conversa bem à vontade.</p> <p>Quanto à necessidade do sinal da crase, está correto o que se lê em</p> <p>(A) I, II e III.</p> <p>(B) I e II, somente.</p> <p>(C) II e III, somente.</p> <p>(D) II, somente.</p> <p>(E) III, somente.</p>
<p>16. O filho perguntou ao pai qual a razão de o céu ser azul.</p> <p>Em relação à sintaxe da frase acima, é correto afirmar que</p> <p>(A) todas as orações subordinadas são adjetivas.</p> <p>(B) o segmento ao pai qual a razão constitui uma oração subordinada.</p> <p>(C) de o céu ser azul tem a função de complemento nominal.</p> <p>(D) a forma verbal perguntou é complementada por um único termo.</p> <p>(E) o verbo ser indica a ocorrência de um predicado verbal.</p>	

20. A expressão **com que** preenche corretamente a lacuna da frase:
- (A) As perguntas dos alunos, o autor buscou se deter, eram as mesmas que se fazem os cientistas.
 - (B) Muitos mistérios da natureza, nos confrontamos a todo instante, talvez jamais se esclareçam.
 - (C) Os esforços a ciência costuma depender na busca do conhecimento nem sempre são recompensados imediatamente.
 - (D) Os hábitos se reproduzem no senso comum são nocivos aos métodos científicos.
 - (E) Muitas interrogações os leigos se despreocupam são cruciais para os cientistas.

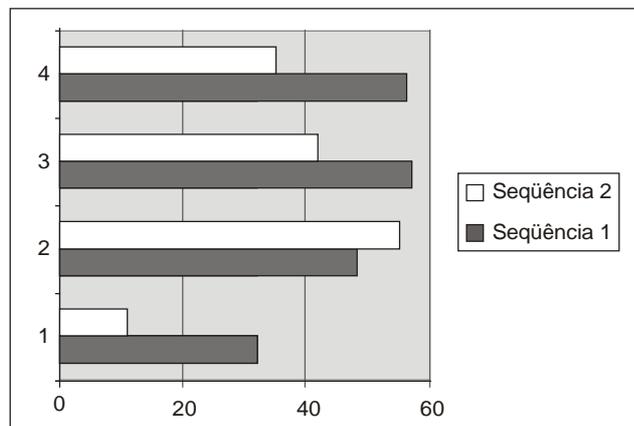
Informática

21. O Tribunal solicitou a formatação de um texto escrito em MS-Word 2000. Considerando que no texto formatado existem espaços entre linhas definidos como duplos, espaçamentos entre caracteres expandidos por dois pontos, posições em formato elevado por dez pontos e outras em rebaixado por 25 pontos, é correto que foram usadas apenas as funções de formatação de
- (A) parágrafo e fonte.
 - (B) parágrafo e fonte e de inserção de linhas.
 - (C) parágrafo.
 - (D) parágrafo e fonte e de exibição em estrutura de tópicos.
 - (E) fonte.

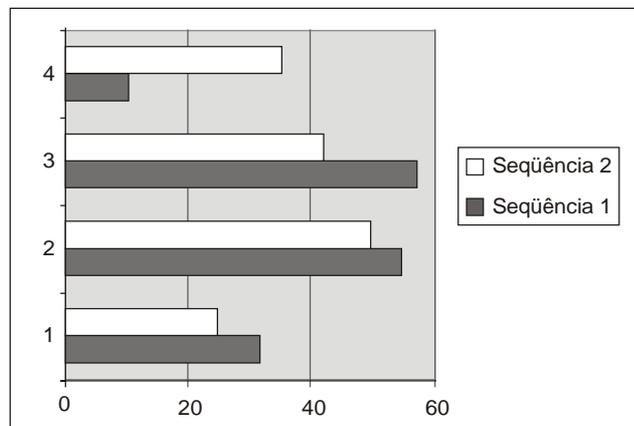
22. Foram escritos dois textos no MS-Word 2000. O primeiro foi: "Este texto vou usar como modelo para os demais" e o segundo foi: "*Como posso fazer para formatar textos iguais usando uma simples ferramenta?*". Sabendo que a formatação do segundo texto ficou exatamente igual a do primeiro, após o uso de um único instrumento acionado por um ícone constante da barra de ferramentas padrão do editor de textos (considerando que foi selecionado o primeiro texto, acionado o instrumento e passado sobre o segundo texto), é correto afirmar que foi usado
- (A) o copiar.
 - (B) a estrutura do documento.
 - (C) o desenho.
 - (D) o colar.
 - (E) o pincel.

23. Considere, a seguir, as duas linhas e as quatro colunas de uma planilha MS-Excel 2000 e o gráfico padrão original elaborado automaticamente a partir do conteúdo dessas células:

	A	B	C	D
1	32	48	57	56
2	11	55	42	35



Sabe-se que um novo gráfico padrão original, a seguir, foi gerado automaticamente a partir de uma modificação no conteúdo das células da planilha:



É correto afirmar que foram feitas modificações

- (A) nas células A1, A2, C1 e D2, apenas.
- (B) nas células A2, B1, B2 e D1, apenas.
- (C) nas células C1 e C2, apenas.
- (D) nas células A2, B2 e D2, apenas.
- (E) em todas as células.

<p>24. No MS-Excel 2000,</p> <p>(A) não é possível transpor a ordem linha-coluna ou vice-e-versa.</p> <p>(B) cada planilha consolidada terá automaticamente seus valores divididos por cem para ajuste de intervalo numérico.</p> <p>(C) não se pode girar um relatório de gráfico dinâmico. Para visualizar os mesmos dados de formas distintas é necessário criar um relatório de gráfico para cada caso.</p> <p>(D) ao consolidar dados de diversas listas ou planilhas estas deverão ter nomes de linha e coluna correspondentes aos dos itens que se deseja resumir.</p> <p>(E) é possível girar, ou desviar texto em um título de gráfico ou ao longo de um eixo, porém, quando existe mais de um nível de rótulos do eixo das categorias, somente o último nível (o nível mais distante do eixo) pode ser girado.</p>	<p>26. São dois exemplos específicos de aplicativos: um acessado pela internet e que atende ao §2º e outro, uma ferramenta que atende ao §6º, respectivamente,</p> <p>(A) Wikipédia e realPlayer.</p> <p>(B) mídiaPlayer e Google.</p> <p>(C) Orkut e Webmail.</p> <p>(D) realPlayer e Lycos.</p> <p>(E) Yahoo e Wikipédia.</p>
<p>25. No Outlook Express 6 é possível definir o servidor de emails acessando, primeiramente, o menu Ferramentas e, após, trilhando o seguinte caminho:</p> <p>(A) Servidores, Email, Propriedades e Contas.</p> <p>(B) Propriedades, Email, Contas e Servidores.</p> <p>(C) Contas, Email, Propriedades e Servidores.</p> <p>(D) Email, Contas, Servidores e Propriedades.</p> <p>(E) Contas, Propriedades, Email e Servidores.</p>	<p>27. O §5º recomenda o uso específico de</p> <p>(A) HTML.</p> <p>(B) FTP.</p> <p>(C) POP3.</p> <p>(D) linha discada.</p> <p>(E) banda larga.</p>
<p><u>Instruções:</u> Para responder às questões de números 26 a 29, considere o seguinte enunciado:</p> <p>A política de informática e de uso de <i>sítes</i> do Tribunal recomenda que:</p> <p>§1º – As mensagens encaminhadas pela intranet não revelem seus destinatários.</p> <p>§2º – As respostas às dúvidas gerais deverão ser, dentro do possível, pesquisadas em enciclopédias na internet, antes de outras ações.</p> <p>§3º – Os resultados das pesquisas feitas, conforme §2º que sempre usam aplicativos acessados por meio do Internet Explorer (IE), quando forem impressos, deverão contemplar a correta formatação de página para que os textos não sejam truncados.</p> <p>§4º – Havendo condições, a troca de mensagens com diálogo instantâneo terá precedência sobre a dos demais tipos.</p> <p>§5º – A transferência de arquivos via internet deverá ser feita mediante uso de serviço de protocolo específico a essa finalidade, com proteção de acesso direcionada a usuário autorizado.</p> <p>§6º – As apresentações de trabalhos para as autoridades deverão ser projetadas usando aplicativos específicos de audiovisual para projeção de filmes sonoros.</p> <p>§7º – A versão dos aplicativos e ferramentas usados deverá ser a mais atual possível como, por exemplo, Internet Explorer, versão 6 em diante, e Outlook Express, versão 6 em diante, e sempre em sua configuração original.</p>	<p>28. Os §1º e §4º referem-se, respectivamente, ao uso de</p> <p>(A) <i>chat</i> e de <i>email</i>.</p> <p>(B) campo Cc e de campo Para.</p> <p>(C) campo Cco e de <i>chat</i>.</p> <p>(D) <i>email</i> e de campo Cco.</p> <p>(E) campo Para e de <i>chat</i>.</p> <p>29. Para atender ao especificado no §3º é necessário, estando no IE, acessar o menu</p> <p>(A) Ferramentas e depois a opção Gerenciar Complementos.</p> <p>(B) Arquivo e depois a opção Gerenciar Complementos.</p> <p>(C) Arquivo e depois a opção Configurar Impressão.</p> <p>(D) Ferramentas e depois a opção Configurar Impressão.</p> <p>(E) Arquivo e depois a opção Configurar Página.</p> <p>30. É correto que</p> <p>(A) para atender às melhores práticas de segurança, um <i>backup</i> deve ser feito exclusivamente da seguinte forma: arquivos não modificados são sempre direcionados a periféricos externos do tipo CD ou disquete e os modificados devem ser sempre guardados em pastas específicas no <i>hard disk</i>.</p> <p>(B) um <i>backup</i> é um dispositivo de gravação de cópias de segurança, normalmente conectado a uma porta paralela do computador.</p> <p>(C) em um <i>hard disk</i>, não considerado um periférico, podem ser gravados arquivos dentro de pastas, mas não pastas dentro de pastas.</p> <p>(D) um <i>pen drive</i> é um periférico onde podem ser gravadas pastas dentro de pastas ou arquivos dentro de pastas que podem ser classificados por nome, tipo e data de modificação.</p> <p>(E) Uma porta serial universal não pode ser usada para conectar periféricos nos quais seriam gravadas cópias de arquivos.</p>

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

Noções de Direito Público

31. A respeito da comunicabilidade das instâncias penal e administrativa, no tocante à apuração da responsabilidade de servidores públicos, é correto afirmar que
- (A) a absolvição em sede penal sempre condiciona a decisão no processo administrativo.
 - (B) existe completa autonomia entre as instâncias penal e administrativa, o que significa que a decisão em uma esfera não repercute na outra.
 - (C) a absolvição na esfera penal, fundada na ausência de tipificação da conduta como crime, não afasta a possibilidade de condenação na esfera administrativa.
 - (D) a absolvição em sede penal somente repercute na esfera administrativa quando fundada na negativa de autoria do fato.
 - (E) a condenação em sede penal gera, automaticamente, a punição na esfera administrativa.
32. A disciplina constitucional relativa ao Orçamento Público veda
- (A) a abertura de crédito suplementar sem prévia autorização legislativa e indicação dos recursos correspondentes, admitindo-se, contudo, a abertura de crédito especial independentemente de tais requisitos.
 - (B) a vinculação de receitas próprias geradas por impostos, inclusive para prestação de garantia à União.
 - (C) a realização de despesa que exceda os créditos orçamentários ou adicionais, exceto quando relativas a projetos previstos no plano plurianual.
 - (D) a utilização de recursos dos orçamentos fiscal e da seguridade social para cobrir déficits de empresas, fundações ou fundos, exceto com autorização legislativa específica.
 - (E) a edição de lei específica dispondo sobre a transposição, o remanejamento ou a transferência de recursos de um órgão para outro.
33. De acordo com a Lei de Licitações (Lei nº 8.666/93), a alienação de bens imóveis de propriedade da Administração Pública direta e autárquica
- (A) depende de prévia autorização legislativa, avaliação e adoção de procedimento licitatório na modalidade concorrência, independentemente da forma de aquisição pela Administração.
 - (B) depende de prévia autorização legislativa, avaliação e procedimento licitatório, dispensados tais requisitos nas hipóteses de dação em pagamento, venda ou doação a outro órgão ou entidade de qualquer esfera de governo.
 - (C) poderá ocorrer com dispensa de licitação, quando tratar-se de bens derivados de procedimentos judiciais ou de dação em pagamento.
 - (D) condiciona-se a procedimento licitatório, na modalidade leilão ou concorrência, à avaliação prévia e à autorização legislativa, esta última somente para os bens afetados ao serviço público.
 - (E) poderá ser feita mediante leilão, precedido de avaliação e comprovada a necessidade ou utilidade da alienação, quando os bens tiverem sido adquiridos pela Administração mediante dação em pagamento.
34. O ato administrativo vinculado, quando praticado por agente a quem a lei não atribui competência para tanto,
- (A) é tido como inexistente, independentemente de apreciação judicial ou decisão administrativa.
 - (B) goza da presunção de legitimidade, até decisão administrativa ou judicial em contrário.
 - (C) pode ser revogado pela própria Administração, com base em critérios de conveniência e oportunidade.
 - (D) somente pode ser anulado por decisão judicial.
 - (E) não é passível de convalidação.
35. A Constituição Federal estabelece a submissão da Administração Pública ao princípio da legalidade, prevendo expressamente a
- (A) obrigatoriedade de lei para criação de cargos, mas não para a sua extinção, que, quando vagos, pode ser feita por decreto.
 - (B) obrigatoriedade de edição de lei para disciplinar a organização e funcionamento da Administração Direta.
 - (C) obrigatoriedade de lei para a criação de órgão público, independentemente de implicar ou não aumento de despesa.
 - (D) obrigatoriedade de lei para fixação de remuneração dos servidores públicos, inclusive aqueles submetidos ao regime da Consolidação das Leis do Trabalho, dispensada a lei para o caso de aumento.
 - (E) exigência de que todos os atos praticados pelo Poder Executivo contem com prévia autorização legislativa específica.
36. Uma sociedade de economia mista, que explore atividade econômica,
- (A) não se submete ao regime de licitação para contratação de obras, serviços, compras e alienações.
 - (B) submete-se ao mesmo regime jurídico das empresas privadas, exceto quanto às obrigações tributárias e falência.
 - (C) submete-se ao regime jurídico público, no que diz respeito a matéria de pessoal.
 - (D) pode ser criada, independentemente de lei, desde que presente alguma das situações autorizadas para atuação do Estado no domínio econômico, previstas no artigo 173 da Constituição Federal.
 - (E) somente pode ser criada com autorização legislativa, dependendo de lei também a instituição de suas subsidiárias.
37. Com base na prerrogativa de alteração unilateral dos contratos administrativos, a Administração pode
- (A) proceder a acréscimos quantitativos, limitados a 25%, vedadas, porém, reduções das quantidades contratadas.
 - (B) rescindir o contrato, unilateralmente, mas não alterá-lo para reduzir quantitativamente seu objeto, sob pena de burla ao procedimento licitatório.
 - (C) suprimir até 25% do valor original do contrato, e exceder a esse montante somente com a anuência da contratada.
 - (D) efetuar as supressões necessárias, sem limitações percentuais e independentemente da anuência da contratada, desde que comprove a correspondente ausência superveniente de recursos orçamentários.
 - (E) alterar o contrato para suprimir até 25% do seu valor original, desde que obtenha a anuência da contratada.

<p>38. De acordo com a doutrina, o conceito de agente público</p> <p>(A) não inclui os agentes políticos detentores de mandato eletivo.</p> <p>(B) engloba os particulares que atuam em colaboração com o poder público, mediante delegação, requisição, nomeação ou designação.</p> <p>(C) não inclui a categoria dos militares.</p> <p>(D) somente inclui aqueles que possuem vínculo estatutário ou celetista com a Administração.</p> <p>(E) inclui os servidores públicos, estatutários e celetistas, bem como os agentes políticos, estes desde que investidos mediante nomeação e não detentores de mandato eletivo.</p>	<p>41. Os atos praticados por dirigentes de Autarquias</p> <p>(A) podem ser impugnados por meio de recurso dirigido ao Chefe do Executivo, independentemente de previsão legal, com base no princípio da hierarquia.</p> <p>(B) podem ser revistos, de ofício, por autoridade da Administração direta a que se encontre vinculada a entidade autárquica, em decorrência do princípio da tutela.</p> <p>(C) comportam revisão por autoridades da Administração direta nas hipóteses expressamente previstas em lei ou quando verificado desvio da finalidade institucional da entidade.</p> <p>(D) não comportam qualquer espécie de controle administrativo, sendo passíveis de impugnação apenas pela via judicial.</p> <p>(E) uma vez aperfeiçoados, não mais podem ser revistos pela autoridade prolatora.</p>
<p>39. A extinção do contrato de concessão de serviço público</p> <p>(A) importa a reversão ao poder concedente dos bens vinculados à concessão, somente nas hipóteses de encampação ou declaração de caducidade.</p> <p>(B) poderá ocorrer também por prerrogativa do concessionário, exercida na esfera administrativa, no caso de descumprimento das normas contratuais pelo poder concedente.</p> <p>(C) afasta o direito do concessionário de indenização pelos investimentos vinculados a bens reversíveis ainda não amortizados ou depreciados, quando ocorrer declaração de caducidade.</p> <p>(D) pressupõe, na hipótese de encampação, lei autorizativa específica e indenização prévia das parcelas dos investimentos vinculados a bens reversíveis ainda não amortizados ou depreciados.</p> <p>(E) depende, em qualquer hipótese, do pagamento de indenização prévia das parcelas dos investimentos vinculados a bens reversíveis ainda não amortizados ou depreciados.</p>	<p>42. Como decorrência do exercício regular do poder de polícia, a Administração está autorizada a</p> <p>(A) promover prisão em flagrante.</p> <p>(B) exigir pagamento pela concessão de alvará para funcionamento de estabelecimento comercial.</p> <p>(C) cobrar pedágios em rodovias.</p> <p>(D) afastar servidor que possa influir na apuração dos fatos no processo administrativo.</p> <p>(E) ordenar a prisão de cidadão por crime de desacato.</p> <p>43. Em uma concorrência pública, já ultrapassada a fase de habilitação e abertos os envelopes de proposta dos licitantes, vem ao conhecimento da comissão de licitação um fato superveniente que levaria à inabilitação de um dos licitantes. Nessa situação,</p> <p>(A) a Administração deve anular o processo de licitação.</p> <p>(B) a Administração, embora não possa desclassificar o referido licitante, tem a faculdade de desconsiderar a proposta por ele apresentada.</p> <p>(C) o licitante em questão não pode ser desclassificado com base em tal fato, eis que se operou a preclusão.</p> <p>(D) o licitante em questão pode ser desclassificado com base em tal fato, sem prejuízo para a validade do processo.</p> <p>(E) somente pela via judicial poderá o referido licitante ser afastado do certame.</p>
<p>40. A respeito do regime previdenciário dos servidores públicos, é correto afirmar que</p> <p>(A) os ocupantes exclusivamente de cargos em comissão, emprego público ou contratados em caráter temporário são contribuintes do Regime Geral de Previdência Social.</p> <p>(B) aos servidores titulares de cargos efetivos ou cargos em comissão criados por lei, da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, incluídas suas autarquias e fundações é assegurado regime previdenciário próprio.</p> <p>(C) é vedado aos servidores públicos ocupantes de cargo efetivo o acesso à previdência complementar.</p> <p>(D) é livre a instituição no âmbito do regime próprio dos servidores públicos de benefícios diversos dos previstos no Regime Geral de Previdência Social, desde que mantido o equilíbrio financeiro e atuarial.</p> <p>(E) o regime próprio dos servidores ocupantes de cargo efetivo possui caráter contributivo, mas admite, nos casos previstos em lei, a contagem de tempo de contribuição fictício.</p>	<p>44. As pessoas jurídicas de direito público respondem pelos danos que seus agentes, nessa qualidade, causarem a terceiros,</p> <p>(A) ainda que seja comprovada a culpa exclusiva da vítima.</p> <p>(B) assegurado o direito de regresso contra o agente, independentemente de culpa ou dolo.</p> <p>(C) apenas quando o agente tenha agido com culpa ou dolo.</p> <p>(D) salvo nos casos de comprovada responsabilidade subjetiva do agente, situação em que apenas este responde pelos danos causados.</p> <p>(E) mesmo quando não comprovado o dolo ou culpa do agente.</p>

<p>45. A União poderá intervir nos Estados e no Distrito Federal, dentre outras, na seguinte hipótese:</p> <p>(A) para reorganizar as finanças do ente da federação que suspender, durante pelo menos um exercício fiscal, o pagamento da dívida fundada.</p> <p>(B) quando o ente federado deixar de entregar aos Municípios as receitas tributárias fixadas na Constituição Federal, dentro dos prazos estabelecidos em lei.</p> <p>(C) quando houver fundados indícios de fraude eleitoral.</p> <p>(D) para assegurar a aplicação do mínimo exigido da receita de impostos estaduais na manutenção e desenvolvimento do ensino, saúde e segurança pública.</p> <p>(E) para assegurar o cumprimento das disposições da Constituição Federal, bem como de legislação federal e estadual relativamente às finanças públicas.</p>	<p>48. A respeito da descentralização é correto afirmar que</p> <p>(A) os territórios federais constituem modalidade de descentralização territorial ou geográfica, possuindo capacidade de auto-administração, sem qualquer sujeição ao controle pelo poder central.</p> <p>(B) as sociedades de economia mista constituem modalidade de descentralização por colaboração, tendo em vista tratar-se do desempenho de serviço público por pessoa jurídica de direito privado.</p> <p>(C) difere da desconcentração administrativa, por ser esta uma distribuição interna de competências dentro da mesma pessoa jurídica.</p> <p>(D) as autarquias constituem exemplo de descentralização política, em função da sua capacidade de auto-administração.</p> <p>(E) os Estados-membros e os Municípios constituem exemplos de descentralização administrativa fundada no princípio federativo.</p>
<p>46. A doutrina aponta entre as principais características das agências reguladoras</p> <p>(A) desvinculação das normas constitucionais aplicáveis aos entes da Administração Pública, o que confere às agências maior grau de autonomia e independência.</p> <p>(B) personalidade de direito privado, autonomia administrativa e orçamentária.</p> <p>(C) personalidade de direito público, com menor grau de autonomia administrativa em relação às demais autarquias.</p> <p>(D) regime jurídico especial, fixado na lei que a institui, garantindo maior grau de autonomia administrativa e orçamentária que o conferido às demais autarquias.</p> <p>(E) especialidade, neutralidade, independência e competência legislativa exclusiva para disciplinar a prestação do serviço público ou atividade econômica sob sua fiscalização.</p>	<p>49. Constituem hipóteses de dispensa de licitação a</p> <p>(A) contratação de serviços técnicos, de natureza singular, com profissionais ou empresas de notória especialização.</p> <p>(B) contratação de serviços de publicidade e divulgação, desde que comprovado o vínculo de confiança com a Administração.</p> <p>(C) aquisição de materiais ou equipamentos de fornecedor exclusivo, inclusive quando decorrente da opção de marca pela Administração.</p> <p>(D) contratação de remanescente de obra, serviço ou fornecimento, em consequência de rescisão contratual, não estando a Administração, nesta hipótese, obrigada a observar as condições da licitação anterior.</p> <p>(E) compra ou locação de imóvel destinado ao atendimento das atividades precípuas da Administração, de acordo com suas necessidades de instalação e localização, desde que o preço seja compatível com o de mercado, segundo avaliação prévia.</p>
<p>47. Os direitos e garantias fundamentais previstos na Constituição Federal</p> <p>(A) incluem a liberdade de expressão de atividade intelectual, artística, científica e de comunicação, independentemente de censura ou licença.</p> <p>(B) incluem a livre manifestação do pensamento, inclusive o anonimato.</p> <p>(C) somente podem ser afastados em caso de grave risco à segurança nacional.</p> <p>(D) garantem ao indivíduo o direito de invocar crença religiosa para eximir-se de obrigação legal e recusar-se a cumprir prestação alternativa.</p> <p>(E) constituem cláusulas pétreas, o que significa que somente podem ser alterados por emenda constitucional.</p>	<p>50. As fundações instituídas ou mantidas pelo Poder Público</p> <p>(A) submetem-se às disposições constitucionais relativas ao orçamento público e integram, para efeito de cálculo do limite máximo de despesa de pessoal, os gastos do Poder Executivo.</p> <p>(B) são pessoas jurídicas de direito público, a elas não se aplicando as disposições da legislação civil.</p> <p>(C) são pessoas jurídicas de direito privado, a elas não se aplicando as disposições constitucionais relativas a orçamento público.</p> <p>(D) podem adotar a forma de pessoa jurídica de direito público ou de direito privado, não se submetendo, em nenhuma hipótese, às disposições da Lei de Responsabilidade Fiscal.</p> <p>(E) possuem natureza de autarquia fundacional, necessariamente com personalidade jurídica de direito privado.</p>

Direito Financeiro

51. Dispõe a Lei nº 4.320/64 que a Lei de Orçamento
- (A) consignará dotações globais destinadas a atender, indiferentemente, a despesas de pessoal, material, serviços de terceiros, transferências ou quaisquer outras.
 - (B) compreenderá todas as receitas, excluindo-se as operações de créditos, mesmo quando essas operações forem autorizadas por lei.
 - (C) poderá conter autorização ao Executivo para abrir créditos suplementares até determinada importância.
 - (D) conterà as receitas e as despesas pelos seus totais e respectivas deduções.
 - (E) dispensará autorização do Executivo para realizar operações de crédito por antecipação de receitas.

52. Os créditos adicionais destinados a despesas para as quais não haja dotação orçamentária específica denominam-se créditos
- (A) suplementares.
 - (B) especiais.
 - (C) extraordinários.
 - (D) tributários.
 - (E) ordinários.

53. A Constituição Federal dispõe que
- (A) as leis orçamentárias são de iniciativa exclusiva da Câmara dos Deputados.
 - (B) os projetos de leis orçamentárias serão apreciados em cada Casa do Congresso Nacional, em dois turnos, considerando-se aprovados se obtiverem, em ambos, três quintos dos votos dos respectivos membros.
 - (C) é permitido o início de programas ou projetos não incluídos na lei orçamentária anual.
 - (D) a lei orçamentária anual não conterà dispositivo estranho à previsão da receita e à fixação da despesa, não se incluindo na proibição a autorização para abertura de créditos suplementares.
 - (E) a lei orçamentária anual proibirá expressamente a autorização para contratação de operações de crédito, ainda que por antecipação de receita.

54. A Lei de Responsabilidade Fiscal (LC 101/2000) dificulta a renúncia de receita pública, fixando condições para a concessão ou ampliação de incentivos ou benefícios de natureza tributária, dispondo, entretanto, que tais regras não se aplicam às alterações das alíquotas dos impostos sobre
- (A) importação, exportação, produtos industrializados e operações de crédito, câmbio e seguro, ou relativos a títulos ou valores imobiliários.
 - (B) operações financeiras, circulação de mercadorias e serviços, propriedade territorial rural e propriedade predial e territorial urbana.
 - (C) propriedade predial e territorial urbana, exportação, propriedade territorial rural e propriedade de veículos automotores.
 - (D) produtos industrializados, exportação, circulação de mercadorias e serviços e transmissão *causa mortis* e doação, de quaisquer bens ou direitos.
 - (E) renda e proventos de qualquer natureza, exportação, propriedade territorial rural e transmissão *inter vivos*, a qualquer título, por ato oneroso, de bens imóveis.

55. Considere as frases abaixo, tendo em vista a Lei de Responsabilidade Fiscal:

- I. A lei não pode permitir a destinação de recursos para, direta ou indiretamente, cobrir necessidades de pessoas físicas.
- II. O Banco Central do Brasil está impedido de conceder às instituições financeiras operações de descontos e de empréstimos.
- III. A destinação de recursos para cobrir déficits de pessoas jurídicas deverá ser autorizada por lei específica, atender as condições da lei de diretrizes orçamentárias e estar prevista no orçamento ou em seus créditos adicionais.

Está correto o que se afirma APENAS em

- (A) I.
- (B) II.
- (C) III.
- (D) I e II.
- (E) II e III.

56. A Constituição Federal vigente classifica o orçamento público anual em

- (A) orçamento fiscal, orçamento de investimento das empresas estatais e orçamento da seguridade social.
- (B) plano plurianual, lei de diretrizes orçamentárias e orçamento fiscal.
- (C) orçamento de investimento das empresas estatais, plano plurianual e orçamento da seguridade social.
- (D) lei de diretrizes orçamentárias, orçamento fiscal e orçamento da previdência social.
- (E) orçamento fiscal, orçamento extrafiscal e diretrizes orçamentárias.

57. Quanto à transparência da gestão fiscal do Executivo Federal, é correto afirmar:

- (A) As contas apresentadas pelo Chefe do Executivo ficarão disponíveis durante o prazo de seis meses, no respectivo Tribunal de Contas.
- (B) O relatório de gestão fiscal será assinado pelo Presidente da República, pelas autoridades responsáveis pela administração financeira e pelo controle interno, dentre outros.
- (C) A prestação de contas da União conterà demonstrativos do Tesouro Nacional e das agências financeiras oficiais de fomento, excluindo-se desses o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social.
- (D) É vedada a participação popular e a realização de audiências públicas durante os processos de elaboração e discussão dos planos, lei de diretrizes orçamentárias e orçamentos.
- (E) É vedada a divulgação dos orçamentos por meios eletrônicos, incluindo nesses a Internet.

58. Sobre as vedações em matéria tributária, considere:

- I. É vedada a realização de despesas ou assunção de obrigações diretas que excedam os créditos orçamentários ou adicionais.
- II. É vedada a vinculação de receita de impostos a órgão, fundo ou despesa, sem qualquer ressalva.
- III. É vedada a abertura de crédito extraordinário sem prévia autorização legislativa e sem indicação dos recursos correspondentes.

Está correto o que se afirma APENAS em

- (A) II e III.
- (B) I e II.
- (C) III.
- (D) II.
- (E) I.

59. A respeito da receita pública, a Lei de Responsabilidade Fiscal(LC 101/00) dispõe que

- (A) a instituição, previsão e efetiva arrecadação das receitas originárias e derivadas constituem requisitos essenciais da responsabilidade na gestão fiscal.
- (B) as transferências voluntárias de receitas públicas de um ente da federação para outro não podem sofrer quaisquer espécies de restrições ou suspensões.
- (C) o montante previsto para as receitas de operações de crédito poderá ser superior ao das despesas de capital constantes do projeto de lei orçamentária.
- (D) a reestimativa de receita por parte do Poder Legislativo só será admitida se comprovado erro ou omissão de ordem técnica ou legal.
- (E) o cancelamento de débito não é permitido, seja qual for o seu valor.

60. A respeito do exercício financeiro, é INCORRETO afirmar:

- (A) Consideram-se Restos a Pagar as despesas empenhadas mas não pagas até o dia 31 de dezembro, distinguindo-se as processadas das não-processadas.
- (B) A lei de diretrizes orçamentárias inclui as despesas de capital para o exercício financeiro subsequente.
- (C) O exercício financeiro coincidirá com o ano civil.
- (D) Pertencem ao exercício financeiro as receitas nele arrecadadas e as despesas nele legalmente empenhadas.
- (E) Conforme a Constituição Federal vigente, cabe à lei ordinária dispor sobre exercício financeiro.

CONHECIMENTOS ESPECIALIZADOS

Biblioteconomia

61. Para alguns autores, a ciência da informação tem seus primórdios nas idéias de Paul Otlet. Outros, no entanto, defendem que tais primórdios fundamentam-se nas concepções de

- (A) Vannevar Bush.
- (B) Melvil Dewey.
- (C) D. J. Foskett.
- (D) P. Lévy.
- (E) C. Bradford.

62. O Código de Ética Profissional do bibliotecário

- (A) é de competência do Conselho Federal de Biblioteconomia e da Federação Brasileira de Associações de Bibliotecários.
- (B) impõe como possível penalidade a censura pública ao bibliotecário que transgredir algum de seus preceitos.
- (C) determina que o bibliotecário deve ter como base para cobrança de seus honorários o salário mínimo do profissional na região em que atua.
- (D) considera como atenuante, na aplicação de sanções éticas, o número de anos de efetivo exercício profissional.
- (E) sugere que o profissional somente deve aceitar cargos de chefia após cinco anos de experiência na área.

63. *Determina e revela o propósito organizacional em termos de valores, missão, objetivos, estratégias, metas e ações, com foco em priorizar a alocação de recursos.*

A definição acima se refere ao planejamento

- (A) institucional.
- (B) tático.
- (C) funcional.
- (D) operacional.
- (E) estratégico.

64. Bibliotecas ligadas à administração pública podem incrementar programas de qualidade formais com o propósito de melhorar sua gestão e tornar-se mais eficiente na administração dos recursos públicos. Atualmente, elas podem utilizar o

- (A) DESBUROCRATIZAR.
- (B) PQSP.
- (C) GESPÚBLICA.
- (D) PQB.
- (E) PQEC.

<p>65. No planejamento de sistemas de informação, a avaliação tem a finalidade, entre outras, de verificar a adequação da unidade de informação às metas da organização e às necessidades dos usuários. Ela pode ocorrer com abordagens</p> <p>(A) histórica, diagnóstica e prospectiva.</p> <p>(B) extrínseca, intrínseca e globalizada.</p> <p>(C) interacionista, compartimentada e plena.</p> <p>(D) quantitativa, qualitativa e pluralista.</p> <p>(E) estruturada, semi-estruturada e não-estruturada.</p>	<p>68. O desenvolvimento de coleções tem uma relação direta com a cooperação bibliotecária, principalmente no que diz respeito à seleção de materiais de informação, pois a cooperação constitui uma alternativa relativamente simples para sanar deficiências ou limitações do processo de seleção. No entanto, ao optar pela cooperação ao invés de adquirir o material, deve-se observar</p> <p>(A) o índice de crescimento do acervo.</p> <p>(B) a garantia de acesso do usuário ao documento primário.</p> <p>(C) o Plano Nacional de Aquisição Planificada.</p> <p>(D) o impacto das atividades de cooperação no dia-a-dia dos responsáveis pela classificação e catalogação dos materiais.</p> <p>(E) a existência de catálogos coletivos atualizados.</p>
<p>66. Distúrbios Osteomusculares Relacionados ao Trabalho (DORT) é um termo abrangente que se refere aos distúrbios ou doenças do sistema músculo-esquelético, principalmente do pescoço e membros superiores, relacionados, comprovadamente ou não, ao trabalho. Uma maneira de evitar a ocorrência desses distúrbios nos funcionários de bibliotecas é</p> <p>(A) evitar que os funcionários acomodem-se em suas cadeiras com rotação de tronco com apoio na região lombar, pois esse apoio pode afetar a coluna.</p> <p>(B) orientar o funcionário a inclinar o corpo sobre a mesa de trabalho quando estiver de pé ou sentado, pois isso ajuda a ativar a circulação do sangue.</p> <p>(C) colocar os materiais de uso constante próximos dos funcionários ou de suas mesas de trabalho, visando evitar esforços desnecessários.</p> <p>(D) colocar as atividades ao lado do funcionário e não à sua frente, quando este trabalha de pé, para evitar posturas incorretas.</p> <p>(E) não trabalhar com sapatos de saltos muito baixos, pois estes podem provocar dores e encurtamentos da espinha.</p>	<p>69. Anualmente, as bibliotecas costumam realizar uma avaliação nas estatísticas de utilização de periódicos correntes, com o objetivo de</p> <p>(A) verificar o estado físico dos materiais, com vistas ao descarte e ao remanejamento.</p> <p>(B) cancelar aqueles títulos que não foram utilizados uma única vez.</p> <p>(C) retomar a assinatura de títulos que haviam sido cancelados anteriormente.</p> <p>(D) colher subsídios para tomada de decisões de renovação ou cancelamento das assinaturas.</p> <p>(E) identificar títulos que possibilitam formas alternativas de acesso.</p>
<p>67. Na coleta de dados para realização do diagnóstico organizacional em unidades de informação, os bibliotecários podem utilizar o grupo focal, uma técnica de pesquisa qualitativa, não-diretiva, desenvolvida para coletar dados e informações que reflitam opiniões, conhecimentos, percepções e preocupações de pequenos grupos sobre determinado assunto. Entre as vantagens dessa técnica está a de</p> <p>(A) ajudar a criar um ambiente em que as discussões fluem soltas.</p> <p>(B) ser de fácil organização e realização.</p> <p>(C) obter pronta cooperação do grupo desejado.</p> <p>(D) ser amplamente utilizada na área de ciência da informação.</p> <p>(E) prescindir da presença de qualquer tipo de moderador.</p>	<p>70. Na aquisição de materiais de informação em instituições da administração pública, a primeira via da nota fiscal (original) é o documento que será utilizado na prestação de contas junto à entidade pagadora. Este não deve conter quaisquer rasuras ou modificações. No caso de haver rasura ou substituição de algum título, é necessário que o</p> <p>(A) fornecedor efetue o registro patrimonial do material na entidade, de forma a garantir o recebimento do pagamento correspondente.</p> <p>(B) responsável pela compra elabore uma justificativa circunstanciada da divergência apresentada.</p> <p>(C) fornecedor preencha o formulário de retificação, disponível em todas as instituições da área pública.</p> <p>(D) responsável pela compra exija a emissão de outra nota fiscal.</p> <p>(E) fornecedor elabore uma nota corretiva, justificando o ocorrido.</p>

<p>71. A seleção de bases de dados eletrônicas deve levar em consideração que</p> <p>(A) a pouca familiaridade dos usuários com as diversas bases de dados não representa aumento de custos para a biblioteca.</p> <p>(B) a maioria das bibliotecas possui máquinas ou capacidade de memória que possibilita armazenar e utilizar muitas bases de dados de forma simultânea.</p> <p>(C) nem sempre uma base em CD-ROM contém o mesmo que suas congêneres <i>online</i>, armazenadas em computadores de grande porte e, portanto, com um volume maior de dados.</p> <p>(D) a biblioteca paga sempre uma taxa fixa, independentemente do número de acessos realizados no uso de bases de dados <i>online</i>.</p> <p>(E) a instalação de torres de CD-ROMs é pouco vantajosa para redes de bibliotecas, pois elas afetam a velocidade de processamento dos computadores.</p>	<p>75. Oswaldo F. de Almeida Júnior afirma, em relação a roubo, depredação e campanhas educativas em bibliotecas, que</p> <p>(A) a literatura sobre o tema é farta, em especial os textos que abordam experiências e relatos em relação tanto a ações desenvolvidas visando a eliminação do roubo como em relação a campanhas educativas bem-sucedidas.</p> <p>(B) é possível, pelo emprego e instalação de mecanismos antifurto e de ações de vigilância ostensiva, eliminar por completo a depredação do acervo.</p> <p>(C) as campanhas educativas realizadas pelas bibliotecas brasileiras são baseadas e sustentadas por metodologias específicas e apropriadas que redundam em ações efetivas e concretas.</p> <p>(D) não há condições teóricas e práticas que permitam a idealização e implantação de metodologias específicas para campanhas educativas.</p> <p>(E) pequenas e simples atitudes administrativas podem obter melhores resultados do que uma grande, desgastante e custosa campanha educativa, em termos financeiros e de trabalho.</p>
<p>72. Entre os agentes exteriores físicos que danificam os documentos estão</p> <p>(A) a acidez do papel.</p> <p>(B) a luminosidade.</p> <p>(C) a poluição atmosférica.</p> <p>(D) os insetos.</p> <p>(E) os fungos.</p>	<p>76. Uma legislação, de acordo com a NBR 6023/2002, deve ter sua referência bibliográfica da seguinte forma:</p> <p>(A) BRASIL. Código civil. 46. ed. São Paulo: Saraiva, 1995.</p> <p>(B) Brasil, Leis, Decretos, etc. Código civil. 46. ed. São Paulo: Saraiva, 1995.</p> <p>(C) CÓDIGO CIVIL. 46. ed. São Paulo: Saraiva, 1995.</p> <p>(D) Brasil. Código civil. 46. ed. São Paulo: Saraiva, 1995.</p> <p>(E) CÓDIGO Civil. 46. ed. São Paulo: Saraiva, 1995.</p>
<p>73. As bibliotecas especializadas e empresariais têm seu trabalho primordial voltado para a</p> <p>(A) disseminação e a mediação da informação.</p> <p>(B) armazenagem e a estocagem da informação.</p> <p>(C) indexação e a elaboração de tesauros.</p> <p>(D) classificação e a catalogação de suportes informacionais.</p> <p>(E) prospecção e a conservação da informação.</p>	<p>77. A NBR 6023/2002 determina que “os elementos essenciais e complementares são retirados do próprio documento”. Quando isso não for possível, utilizam-se outras fontes de informação, indicando-se os dados obtidos entre</p> <p>(A) aspas.</p> <p>(B) colchetes.</p> <p>(C) parênteses.</p> <p>(D) hífens.</p> <p>(E) vírgulas.</p>
<p>74. Segundo Nice Figueiredo, ao acompanhar as etapas do processo de referência, no caso de um usuário não se satisfazer com as respostas apresentadas, o bibliotecário deve seguir para o sexto passo que é a</p> <p>(A) negociação da questão.</p> <p>(B) estratégia de busca.</p> <p>(C) análise da questão.</p> <p>(D) renegociação.</p> <p>(E) busca.</p>	<p>78. O código de catalogação AACR2 define dois tipos de recursos eletrônicos. São eles:</p> <p>(A) arquivos de dados e arquivos de programas.</p> <p>(B) que pode ser descrito e que não pode ser descrito.</p> <p>(C) <i>software</i> e <i>hardware</i>.</p> <p>(D) de acesso direto e de acesso remoto.</p> <p>(E) de grande porte e de uso pessoal.</p>

79. Segundo o AACR2, para a descrição catalográfica de recursos eletrônicos, o bibliotecário deverá considerar como fonte de informação principal
- (A) a opção “registro” ou “sobre” no menu “ajuda”.
 - (B) o suporte físico e o seu rótulo, exclusivamente.
 - (C) qualquer informação que puder ser impressa ou gravada.
 - (D) a que for mais amigável ou fácil para acessar.
 - (E) aquela que oferecer os dados mais completos.

Instruções: Considere a ficha catalográfica abaixo, para responder às questões de números 80 a 82.

342.56:35.073.52

G633t Gomes Júnior, Luiz Manoel
Tribunais de Contas: aspectos controvertidos / por Luiz Manoel Gomes Júnior. – Rio de Janeiro: Forense, 2003. 313 p.

Inclui Bibliografia.
ISBN 85-309-1664-6

1. Tribunal de Contas – Legislação 2. Tribunal de Contas – História 3. Direito Comparado I. Título

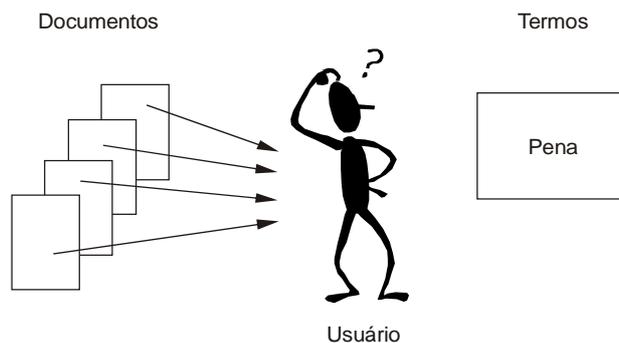
80. De acordo com o AACR2, por não se aplicarem à obra em análise, algumas áreas da descrição bibliográfica não foram incluídas na preparação desta ficha, entre as quais as áreas
- (A) das notas e das modalidades de aquisição.
 - (B) do tipo de publicação e do número normalizado.
 - (C) dos detalhes específicos do material e da série.
 - (D) da descrição física e da responsabilidade relativa à edição.
 - (E) do título e da indicação de responsabilidade.

81. O número que aparece em negrito na ficha catalográfica foi preparado com base
- (A) na CDU.
 - (B) na CDD.
 - (C) na Tabela de Cutter.
 - (D) no Número de Chamada.
 - (E) no Código dos Dois Pontos.

82. A área das pistas apresenta registros cuja sintaxe é típica de
- (A) uma entrada principal.
 - (B) um tesauro especializado.
 - (C) uma linguagem pré-coordenada.
 - (D) entradas analíticas.
 - (E) índices sistemáticos em cadeia.

83. Os esquemas tradicionais de classificação bibliográfica são em geral sistemas
- (A) pós-coordenados, hierárquicos e abertos.
 - (B) pré-coordenados, hierárquicos e abertos.
 - (C) pós-coordenados, universais e fechados.
 - (D) pós-coordenados, enumerativos e arbitrários.
 - (E) pré-coordenados, enumerativos e fechados.

84. Considere a ilustração abaixo.



A figura apresenta um problema comum em linguagens de indexação, que interfere na qualidade da recuperação da informação. Trata-se de

- (A) homonímia, que resulta em baixa precisão e baixa revocação.
- (B) sinonímia, que resulta em baixa revocação e grande precisão.
- (C) homografia, que resulta em grande precisão e grande revocação.
- (D) polissemia, que resulta em grande revocação e baixa precisão.
- (E) antonímia, que resulta em baixa revocação e grande precisão.

85. Técnica que consiste na transmissão simultânea de uma pergunta a um grupo de fontes de informação dispersas, como catálogos de bibliotecas digitais e bases de dados, reunindo os resultados coletados nas diferentes fontes e fornecendo-os em um formato sucinto e integrado ao usuário.

O texto trata de

- (A) portal ou diretório de referência.
- (B) busca federada ou metabusca.
- (C) multi-database system.
- (D) gestão centralizada de bases de dados.
- (E) broadcast search ou plataforma www.

<p>86. De um modo geral, a sociedade da informação se caracteriza por trazer à tona certos paradoxos, por exemplo o conflito entre dois direitos fundamentais, por um lado o interesse público – ou seja, a liberdade de acesso à informação – e, por outro, o interesse privado – ou seja,</p> <p>(A) os direitos autorais. (B) os direitos humanos. (C) o <i>habeas data</i>. (D) as garantias básicas. (E) as garantias particulares.</p>	<p style="text-align: center;">Controle Externo</p> <p>91. O controle Externo, exercido com auxílio do Tribunal de Contas da União, está a cargo</p> <p>(A) da Câmara dos Deputados. (B) do Supremo Tribunal Federal. (C) da Controladoria Geral da União. (D) do Senado Federal. (E) do Congresso Nacional.</p>
<p>87. É uma rede de informações do Poder Judiciário Brasileiro, que utiliza o sistema <i>Public Knowledge Project</i> e possibilita a realização de uma busca unificada em todos os repositórios participantes, bem como o acesso gratuito a informações jurídicas, incluindo doutrina, legislação, jurisprudência, palestras, discursos, teses e outros materiais pertinentes à atividade judicante. Trata-se</p> <p>(A) das Bibliotecas Jurídicas Brasileiras. (B) da Biblioteca Jurídica Virtual. (C) do Consórcio Biblioteca Digital Jurídica. (D) da <i>Scientific Electronic Library Online</i>. (E) do Juris Sistema Integrado Jurídico Online.</p>	<p>92. Dentre as competências do Tribunal de Contas da União, NÃO se inclui</p> <p>(A) apreciar as contas prestadas anualmente pelo Presidente da República, mediante parecer prévio que deverá ser elaborado em sessenta dias a contar de seu recebimento. (B) julgar as contas dos administradores e demais responsáveis por dinheiros, bens e valores públicos da administração direta e indireta, incluídas as fundações e sociedades instituídas e mantidas pelo Poder Público federal, e as contas daqueles que derem causa a perda, extravio ou outra irregularidade de que resulte prejuízo ao erário público. (C) administrar as reservas cambiais do País e fiscalizar as operações de natureza financeira, especialmente as de crédito, câmbio e capitalização, bem como as de seguros e de previdência privada. (D) fiscalizar as contas nacionais das empresas supranacionais de cujo capital social a União participe, de forma direta ou indireta, nos termos do tratado constitutivo. (E) fiscalizar a aplicação de quaisquer recursos repassados pela União, mediante convênio, acordo, ajuste ou outros instrumentos congêneres, ao Estado, ao Distrito Federal ou ao Município.</p>
<p>88. Um tipo de banco de dados estruturado que pode utilizar vários documentos armazenados simultaneamente.</p> <p>O texto se refere</p> <p>(A) à banda larga. (B) ao <i>bandwidth</i>. (C) à base de dados factual. (D) à base de dados internada. (E) ao banco de dados relacional.</p>	
<p>89. Uma das bases de dados mais acessadas pelos profissionais da área de ciência da informação, produzida pela <i>Cambridge Scientific Abstracts</i>, é conhecida como</p> <p>(A) <i>Library Literature and Information Science (LLIS)</i>. (B) <i>Library and Information Science Abstracts (LISA)</i>. (C) <i>Information Science & Technology Abstracts (ISA)</i>. (D) <i>Library, Information Science & Technology Abstracts (LISTA)</i>. (E) <i>National Technical Information Service (NTIS)</i>.</p>	<p>93. Considere as assertivas abaixo:</p> <p>I. Os Conselheiros do Tribunal de Contas da União serão nomeados dentre brasileiros que possuam, entre outros requisitos, notórios conhecimentos jurídicos, contábeis, econômicos e financeiros ou de administração pública.</p> <p>II. As decisões do Tribunal de que resulte imputação de débito ou multa não terão eficácia de título executivo.</p> <p>III. Qualquer cidadão, partido político, associação ou sindicato é parte legítima para, na forma da lei, denunciar irregularidades ou ilegalidades perante o Tribunal de Contas da União.</p> <p>IV. Os Ministros do Tribunal de Contas da União terão as mesmas garantias, prerrogativas, impedimentos, vencimentos e vantagens dos Ministros do Supremo Tribunal Federal.</p> <p>Está correto o que se afirma APENAS em</p> <p>(A) I. (B) II. (C) III. (D) I e III. (E) II e IV.</p>
<p>90. É um sistema de informações legislativas que reúne o texto integral de projetos de lei, emendas à Constituição e outras matérias, bem como resultados de reuniões, discursos e votações nas Comissões e no Plenário da Câmara Federal.</p> <p>O texto se refere ao</p> <p>(A) BNS. (B) LEGIN. (C) BANDEP. (D) SILEG. (E) BNP.</p>	

<p>94. Conforme artigo 32 da Lei Complementar nº 33, de 28/06/1994, quanto à receita, NÃO compete ao Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais</p> <p>(A) fiscalizar os atos referentes à receita pública relativamente à legalidade, legitimidade e economicidade.</p> <p>(B) autorizar operações externas de natureza financeira, de interesse do Estado e dos Municípios.</p> <p>(C) inspecionar o serviço de revisão dos balancetes mensais das repartições arrecadoras e quaisquer responsáveis, a fim de verificar se a arrecadação e a classificação da receita se conformam com as determinações legais.</p> <p>(D) emitir parecer prévio, se solicitado pelo Poder Legislativo, sobre empréstimo ou operação de crédito realizado pelo Estado ou pelo Município.</p> <p>(E) verificar a regularidade das cauções.</p>	<p>98. NÃO constam no rol de aspectos a serem considerados no julgamento das contas dos gestores sujeitos a jurisdição do Tribunal de Contas</p> <p>(A) as nomeações para cargos em comissão.</p> <p>(B) as receitas arrecadadas em confronto com as previstas, segundo a Lei Orçamentária.</p> <p>(C) os movimentos de Restos a Pagar, Depósitos em Geral, Encargos Gerais, Reservas de Contingência e outras despesas extra-orçamentárias.</p> <p>(D) as mutações patrimoniais do exercício, ativas e passivas.</p> <p>(E) as demonstrações discriminativas das contas inscritas no balanço patrimonial.</p>
<p>95. Conforme artigo 39 da Lei Orgânica do TCE-MG, os resultados gerais do exercício financeiro serão demonstrados, nos termos da lei, no</p> <p>(A) Demonstrativo das Variações Patrimoniais e seus desdobramentos.</p> <p>(B) Balanço Financeiro, no Balanço Patrimonial, na Demonstração do Resultado Nominal.</p> <p>(C) Balanço Fiscal, no Balanço Patrimonial, no Demonstrativo das Variações Patrimoniais e seus desdobramentos.</p> <p>(D) Balanço Orçamentário, no Balanço Financeiro, no Balanço Patrimonial, no Demonstrativo das Variações Patrimoniais e seus desdobramentos.</p> <p>(E) Balanço Consolidado e no Demonstrativo das Variações Patrimoniais e seus desdobramentos.</p>	<p>99. Conforme Instrução Normativa nº 01/2002 do TCE-MG, constituem fatos determinantes para a instauração de Tomada de Contas Especial, no âmbito da Administração direta e indireta, estadual e municipal:</p> <p>I. Omissão no dever de prestar contas.</p> <p>II. Ocorrência de desfalque ou desvio de dinheiro, bens ou valores públicos.</p> <p>III. Apresentação de comprovação da aplicação de recursos repassados pelo Estado ou pelo Município mediante convênio, acordo, ajuste ou instrumento congênere.</p> <p>IV. Ocorrência de déficit apurado no Balanço Orçamentário.</p> <p>Está correto o que se afirma APENAS em</p> <p>(A) III e IV.</p> <p>(B) II e III.</p> <p>(C) I, III e IV.</p> <p>(D) I e III.</p> <p>(E) I e II.</p>
<p>96. Considere as assertivas abaixo, em relação à Lei Orgânica do TCE-MG.</p> <p>I. Somente os Poderes Legislativo e Executivo deverão manter, de forma integrada, sistema de controle interno.</p> <p>II. Uma das finalidades do sistema de controle interno é apoiar o Controle Externo no exercício de sua missão constitucional.</p> <p>III. Os responsáveis pelo controle interno, ao tomarem conhecimento de qualquer irregularidade ou ilegalidade, dela darão ciência ao Tribunal de Contas no prazo de 15 dias úteis, sob pena de responsabilidade solidária.</p> <p>Está correto o que se afirma em</p> <p>(A) I, apenas.</p> <p>(B) II, apenas.</p> <p>(C) I e II, apenas.</p> <p>(D) I, II e III.</p> <p>(E) II e III, apenas.</p>	<p>100. Considere as seguintes ocorrências:</p> <p>I. Grave infração a norma legal ou regulamentar de natureza contábil, financeira, orçamentária, operacional e patrimonial.</p> <p>II. Falta de natureza formal de que não resulte dano ao erário.</p> <p>III. Desfalque, peculato, desvio de dinheiro, bens ou valores públicos.</p> <p>As contas serão julgadas irregulares, conforme artigo 44 da Lei Orgânica do TCE-MG, se comprovada a ocorrência constante APENAS em</p> <p>(A) I e III.</p> <p>(B) II e III.</p> <p>(C) I e II.</p> <p>(D) II.</p> <p>(E) I.</p>
<p>97. Conforme artigo 73 da Lei Complementar nº 33 de 28/06/94, em todos os processos referentes à fiscalização financeira, orçamentária, contábil, operacional e patrimonial e, ainda, nos recursos, o Tribunal deliberará por</p> <p>(A) Provimento.</p> <p>(B) Instrução.</p> <p>(C) Acórdão.</p> <p>(D) Parecer.</p> <p>(E) Resolução.</p>	